



PROJETO: CENTRO DE REFERÊNCIA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

RELATÓRIO DO DIAGNÓSTICO POLITRANSDIMENSIONAL EM SANS COM OS POVOS INDÍGENAS DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte- MG

Dezembro/ 2009

CRÉDITOS

I. Trabalho de campo:

Coordenação Geral: Myrtô Áurea de Lima Sucupira

Coordenação metodológica: Rodica Weitzman

Supervisão: Margarete Aparecida Amorim

Articulação: Urumã Pataxó (vice-cacique da aldeia Sede de Carmésia); Bayara (cacique da aldeia Alto das Posses de Carmésia); Hãppe Pataxó: (cacique da aldeia Sede de Carmésia) / Tãm Krenak (liderança Krenak); To'ê Pankararú (cacique da aldeia Cinta Vermelha Jundiba)

Apoio logístico: Urumã Pataxó (vice-cacique da aldeia Sede de Carmésia)

Interventores:

- Aracy “Cachoeira” – Aracy Maria dos Santos: Indigenista
- Denise Ferreira da Costa Cruz – Antropóloga
- Fernando Dornas: Psicólogo
- Hãppe Pataxó: (cacique da aldeia Sede de Carmésia)
- Juliana Algarves Magalhães: Nutricionista
- Liliam Telles: Engenheira Florestal
- Lutimar Rodrigues da Silva: Historiador e Indigenista
- Myrtô Áurea de Lima Sucupira: Antropóloga
- Solange Monteiro de Souza: Socióloga
- Tãm Krenak (liderança Krenak)
- To'ê Pankararú (cacique da aldeia Cinta Vermelha Jundiba)

II. Elaboração do Relatório Final:

Organização, Redação e Edição: Rodica Weitzman

Sistematização: Denise Ferreira da Costa Cruz, Liliam Telles, Solange Monteiro de Souza, Myrtô Áurea de Lima Sucupira

Elaboração de texto de *Contextualização Histórica dos povos indígenas e levantamento de informações complementares*: Geralda Chaves Soares e Luciano Marcos P. da Silva

Revisão: Myrtô Áurea de Lima Sucupira, Denise Ferreira da Costa Cruz, Urumã Pataxó, Luciano Marcos P. da Silva, Lutimar Rodrigues da Silva, Gregório Baremlitt, Margarete Amorim, Hãppe Pataxó, To'ê Pankararú.

Revisão e Formatação: Rosa Jané i Pujol

SUMÁRIO

I. Apresentação	03
II. Abordagem metodológica e conceitual do Diagnóstico Politransdimensional em SANS.	05
III. Recomendações de ações e políticas públicas em SANS para os povos indígenas de Minas Gerais.....	06
3.1 Resumo das questões centrais levantadas no diagnóstico politransdimensional.....	06
3.2 Recomendações	11
3.2.1 Fortalecimento dos direitos territoriais das populações indígenas	11
3.2.2 Reversão do quadro de degradação ambiental	12
3.2.3 Incentivo à produção dos alimentos, em todos os espaços da aldeia, incluindo os quintais	13
3.2.4 Consolidação de projetos que viabilizem a auto-sustentação e comercialização no campo produtivo	14
3.2.5 Qualificação das políticas públicas existentes no contexto das aldeias indígenas	15
3.2.6 Construção de propostas políticas que visem o aumento da renda dos povos indígenas	17
IV. Conclusões Finais.....	18

I. Apresentação

O presente relatório objetiva socializar as informações colhidas durante o *Diagnóstico Estadual sobre Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável dos Povos Indígenas de Minas Gerais*, realizado entre maio e agosto de 2009. O mesmo faz parte de um conjunto de atividades promovidas pelo Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional – (CRESANS) vinculado ao Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais (CONSEA/MG) e executado pelo Instituto Felix Guattari (IFG/MG). O CRESANS é um instrumento permanente de apoio e assessoria que tem por principal meta contribuir para implementação da Política e do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais. Organiza-se a partir de uma série de estratégias: apoio a pesquisas, bancos de dados, integração de ações, mobilização social, e formação que visam, conjuntamente, a promoção da cidadania e participação social pelo direito humano à alimentação adequada (DHAA).

O diagnóstico sobre a realidade alimentar dos povos indígenas de Minas Gerais foi priorizado pelo projeto CRESANS por permitir aceder às diversas realidades vivenciadas pelos povos indígenas no estado de Minas Gerais. Ao identificar as lacunas e as potencialidades existentes no que se refere à alimentação, ao focar nos aspectos referentes ao acesso e produção dos alimentos, nos fatores nutricionais e culturais dos hábitos alimentares, nas questões sócio-ambientais que influenciem diretamente a sustentabilidade do sistema agro-alimentar, o diagnóstico fornece valiosas informações sobre o estado de segurança alimentar destes povos e permite o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento dessa problemática; além de fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas.

Todas as etapas deste diagnóstico, desde seu planejamento até sua execução, foram realizadas em parceria com instituições públicas e da sociedade civil que atuam junto a essas comunidades. A formação de uma Comissão Gestora plural e responsável pelo planejamento das ações foi um passo fundamental no processo metodológico. A Comissão contou com o apoio e participação dos seguintes integrantes, que representam um amplo leque de instituições: Ana Luiza T Neves - UEMG; Marivaldo Carvalho (Ana Catarina) -UFVJM; Ricardo Ferreira Ribeiro – PUC Minas; Valéria Cristina Ribeiro Vieira –UNIFAL-MG; Maria Valdete Leite da Cruz (Conselheira – CONSEA/MG); Luciano Marcos Pereira da Silva, Geralda Chaves Soares, Lutimar Rodrigues da Silva,

Lorena Carazza, Aracy Maria dos Santos (Instituto Dom Luciano Mendes) Urumã Pataxó, Bayara, Hãppe Pataxó, Tãm Krenak, To'ê Pankararú (Conselho de Povos Indígenas de Minas Gerais).

Foi priorizada ainda a elaboração de uma metodologia que permitisse a autogestão dos atores envolvidos e que conduzisse a uma auto-análise das relações construídas. Esta procurou sempre respeitar e dialogar com a pluralidade de temáticas apresentadas e com as situações específicas de cada aldeia. Os conceitos que nortearam a intervenção realizada no campo provêm dos campos teóricos e técnicos da Análise Institucional, da Esquizoanálise, do Esquizodrama e da Abordagem Politransdimensional – contribuições trazidas pelo Instituto Felix Guattari, enquanto organização responsável pela gestão do projeto de CDR-SAN, em parceria com CONSEA-MG.

Assim, esta metodologia foi concebida a partir das seguintes etapas: (1) planejamento da ação com integrantes da Comissão Gestora e de representantes dos povos indígenas; (2) levantamento das expectativas de cada ator social sobre o diagnóstico por meio de entrevistas individuais e coletivas; (3) capacitação dos pesquisadores/as nos conceitos e metodologias do diagnóstico politransdimensional; (4) trabalho de campo nas aldeias indígenas; (5) sistematização das informações coletadas; (6) devolução e validação dos resultados em encontros com representantes das organizações envolvidas e lideranças das comunidades indígenas.

As atividades de campo foram realizadas com as seguintes etnias nas localidades listadas a seguir:

- Povo Pataxó, em Itapecerica, Carmésia e Araçuaí
- Povo Xacriabá, em São João das Missões
- Povo Caxixó, em Martinho Campos
- Povo Krenak, em Resplendor
- Povo Maxakali, em Bertópolis, Santa Helena de Minas, Ladainha e Topázio
- Povo Aranã, em Araçuaí, Coronel Murta e Belo Horizonte

- Povo Pankararu- em Araçuaí
- Povo Xukuru-Kariri, em Caldas
- Povo Mocuriñ, em Campanário
- Povo Pataxó Hã Hã Hãe, em Bertópolis

II. Abordagem metodológica e conceitual do Diagnóstico Politransdimensional em SANS

Este relatório está pautado pelo esforço em considerar a diversidade dos povos e de seus sistemas culturais, relacionando as especificidades sociais e ambientais com o tema que representa o foco de nossa análise - a Segurança Alimentar e Nutricional. Partimos do seguinte conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, aprovado na II Conferência Nacional de SAN, no ano de 2004, em Olinda (PE):

“Segurança Alimentar e Nutricional (SANS) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”.

Entende-se que o ato de “pesquisar” significa se inserir num jogo interativo no qual os códigos culturais, as modalidades sociais, os conceitos e paradigmas operantes se interagem possibilitando novos contornos às múltiplas facetas da vida social e cultural. Da mesma forma, o ato de escrever, ou elaborar um relatório conclusivo de um diagnóstico dinâmico e politransdimensional, representa um esforço para “traduzir” o dinamismo destes processos sociais no que poderíamos chamar de um “documento vivo” – que serve, de fato, como um subsídio nas negociações para garantir direitos e deveres diante de diversos agenciamentos.

Para possibilitar o tipo de análise que deve ser a “espinha dorsal” deste “documento vivo”, foi necessário definir e delimitar anteriormente o “campo temático”. Mesmo aceitando que existe uma inter-relação entre as diversas dimensões e que estas inter-relações seriam exploradas e modificaria o “campo temático” pré-estabelecido, o

que consiste em um dos princípios metodológicos e conceituais de um diagnóstico politransdimensional. Para esta finalidade, foi construído um roteiro de temáticas e questões que deveriam nortear o trabalho de campo e a escolha dos “dispositivos clínicos” a serem utilizados nas atividades coletivas e entrevistas nas aldeias indígenas. O roteiro foi ainda subdividido em vários sub-temas, cada um com perguntas fundamentais a serem respondidas a partir da aplicação dos “dispositivos clínicos”¹.

As principais dimensões priorizadas neste diagnóstico politransdimensional foram: (1) Território e Questões ambientais; (2) Acesso e disponibilidade dos alimentos; (3) Produção de alimentos; (4) Qualidade da alimentação e os hábitos alimentares; (5) Políticas públicas.

Neste Relatório, será apresentado um breve resumo das principais questões que foram levantadas em cada um destes eixos temáticos. Em seguida, algumas recomendações e propostas serão apresentadas com o principal objetivo de subsidiar a elaboração de ações públicas e políticas públicas para que considerem as necessidades e demandas das populações indígenas, com todas suas especificidades.

III. Recomendações de ações e políticas públicas em SANS para os povos indígenas de Minas Gerais

3.1 Resumo das questões centrais levantadas no diagnóstico politransdimensional

A partir das informações levantadas neste diagnóstico politransdimensional, percebe-se que as aldeias indígenas de Minas Gerais estão sujeitadas a uma situação de insegurança alimentar que perpassa todas as facetas analisadas, desde o acesso até a

¹ Dispositivos clínicos são os instrumentos utilizados para incentivar processos de autogestão e auto-análise nos grupos, possibilitar o conhecimento da realidade social no diagnóstico politransdimensional e proporcionar a produção do novo, a partir das forças instituintes. Segundo Barembliitt: “*Trata-se de uma montagem (termo que freqüentemente se utiliza em cinematografia, teatro ou nas artes plásticas) de elementos extraordinariamente heterogêneos que podem incluir ‘pedaços’ sociais, naturais, tecnológicos e até subjetivos. Um dispositivo caracteriza-se pelo seu funcionamento, sempre simultâneo a sua formação e sempre a serviço da produção do desejo, da vida, do novo. Um dispositivo forma-se da mesma maneira e ao mesmo tempo em que funciona, gerando acontecimentos insólitos, revolucionários e transformadores*”. (BAREMBLITT, 1992)

produção dos alimentos. A situação encontrada, em toda sua complexidade tem como pano de fundo as questões ambientais, envolvendo a relação com o território e com a terra que faz parte dele. Podem ser observados problemas recorrentes em todas as aldeias em relação ao uso, manejo e gestão dos territórios e que interferem diretamente nas fontes de subsistência e no estado de segurança alimentar destas populações.

Os impedimentos nas modalidades de gestão territorial têm sua origem no próprio processo de demarcação, que repetidamente excluiu das terras indígenas os territórios sagrados, áreas de circulação e/ou áreas férteis e fontes de água. A degradação das terras e o alto nível de desmatamento podem ser atribuídos à implantação de projetos agropecuários e ao uso do fogo enquanto prática para a renovação das pastagens. Estas ações de agressão aos ambientes nos quais os povos indígenas estão situados incluem a imposição da atividade de “criação de gado” que historicamente, foi utilizada como estratégia de pressão contra os povos e de usurpação de suas terras. Além de contribuir para a degradação ambiental, os projetos de criação de gado podem ser vistos como uma forma de reduzir o acesso a terras férteis para produção alimentar. Finalmente, podemos afirmar que a inadequação dos territórios demarcados em termos qualitativos se relaciona ainda com o processo de crescimento demográfico, o que motiva a demanda expressa por vários povos indígenas para ampliação territorial, preservação dos recursos naturais existentes e recuperação das áreas degradadas.

A degradação dos ambientes e a diminuição no acesso aos recursos naturais têm acarretado mudanças no processo produtivo. Com a diminuição drástica nos meios tradicionalmente usados para garantir acesso à alimentação, como a coleta, a caça e a pesca, o plantio tem se tornando uma atividade cada vez mais central nas estratégias de sobrevivência dos povos indígenas. Entretanto, os danos causados com a ocupação indevida das terras e pelas invasões de não-índios provocaram a necessidade de efetivar reajustes nos sistemas locais de produção. Em muitos casos, percebe-se que o “desgaste do solo” tem provocado uma demanda para o uso de vários insumos anteriormente não utilizados nas atividades agrícolas, como “adubo químico”.

Em relação aos recursos hídricos, nossa avaliação passa pelos seguintes pontos: a) a existência ou não de acesso à água na área indígena; b) o meio de obtenção da água nas áreas quando existem meios de acesso; c) as formas principais de armazenamento. De forma geral, vale destacar que as fontes são insuficientes e os sistemas de armazenamento

são precários. Com o crescimento da demanda produtiva, esta precariedade em relação ao acesso da água tem provocado perdas na produção dos alimentos. No caso das áreas indígenas situadas no “polígono da seca”, como os Xacriabá, a situação é duplamente agravada.

O plantio acontece na maior parte dos povos, principalmente nos quintais e através de “hortas comunitárias”, mas representa apenas uma fonte de auto-consumo, ao contar com poucas experiências bem sucedidas de comercialização dos excedentes, devido à pouca quantidade produzida e às dificuldades para construção de uma estratégia eficaz de escoamento. Há um pressuposto, por parte dos habitantes de várias aldeias indígenas, de que se existisse um serviço de assistência técnica efetiva, e se houvesse uma constância no apoio do FUNAI no sentido da alocação de equipamentos e insumos e assessoria técnica, a produção agrícola poderia ser potencializada. Por outro lado, é importante enfatizar a variedade de práticas produtivas empregadas no contexto das aldeias indígenas e a aproximação destas tecnologias e métodos de plantio aos componentes dos modelos mais sustentáveis, tais como a agroecologia. Prevalece uma lógica de preservação ambiental e uma capacidade inventiva por parte da maior parte dos povos indígenas que facilitaria uma transição agroecológica.²

A compra dos alimentos tem aumentado nos últimos anos devido, em grande parte, à diminuição no acesso à alimentação por outras vias. Percebe-se um esforço de efetivar “substituições alimentares” através dos alimentos comprados, o que implica em mudanças drásticas nos hábitos alimentares. O peixe, por exemplo, que era alimento central de alguns grupos analisados foi substituído por carne de frango ou de boi, arroz e farinha de mandioca – em sua maioria, comprados nos mercados locais.

Em termos nutricionais, observa-se um aumento no nível de consumo de alimentos industrializados, o que acarretou o surgimento de doenças crônicas e não degenerativas nas populações indígenas que antes não estavam tão presentes. Alguns aspectos da “tradição alimentar” se mantêm como, por exemplo, a centralidade da proteína (seja peixe, crustáceos, carne ou frango) nas refeições, e o uso de verduras apenas enquanto elementos “complementares” na alimentação cotidiana. Entretanto, há menos variedade alimentar, por causa da diminuição na coleta de alimentos nativos e

² Agroecologia não se refere apenas a práticas agrícolas, mas integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, a fim de compreender o efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade (ALTIERI, 1998).

plantas nas matas. Quando os habitantes das aldeias indígenas foram questionados sobre o que constitui um “bom alimento” houve consenso de que seria um alimento “sem agrotóxicos”, retirado da natureza, e oriundo da tradição alimentar.

De forma geral, a leitura que se faz diante deste quadro de insegurança alimentar é que existe a necessidade de recuperar os meios de acesso à alimentação que anteriormente foram predominantes no caso destes povos, como a caça e a coleta, e ao mesmo tempo, reforçar e potencializar os meios de acesso atualmente mais comuns no contexto das aldeias indígenas, como a produção agrícola e a compra. Isso implica na execução de projetos que viabilizem a recuperação das condições ambientais favoráveis às atividades de agroextrativismo e projetos produtivos que potencializem o plantio, aproveitamento e beneficiamento de produtos alimentícios para auto-consumo e comercialização. Finalmente, como uma forma de contribuir para a preservação da identidade étnica destes povos e suas tradições, existe a necessidade de intensificar ações para recuperação de alimentos tradicionais e incorporá-los no desenho de programas e políticas governamentais, como a merenda escolar e a cesta básica.

Portanto, o que a insuficiência no suprimento das necessidades alimentares e nutricionais por meio de atividades produtivas e o aumento da capacidade de compra de alimentos nos mercados locais nos demonstram é que é fundamental desenhar políticas específicas de fortalecimento de iniciativas locais de geração de renda e ao mesmo tempo de preservação das tradições culturais. Assim, o incentivo à produção e à comercialização do artesanato representa uma alternativa eficaz, que encaixa nestes critérios. Entretanto, é preciso estudar a viabilidade econômica do artesanato, enquanto “empreendimento econômico-social” e construir estratégias de escoamento e valorização dos produtos.

No caso dos programas e das políticas que são operacionalizados no contexto das aldeias indígenas no que se refere ao campo de SANS incluindo a cesta básica e outros programas de assistência alimentar (como “auxílio leite”; a merenda escolar; Serviços de ATER; PRONAF e a carteira indígena) pode-se constatar uma série de dificuldades encontradas em sua execução. Devido, em grande parte, à falta de qualidade e à irregularidade da assistência fornecida. Há vários impedimentos ao acesso destas políticas, que se agravam ainda mais no caso de povos indígenas “não aldeados” (como os Aranã e Pataxós Hã Hã Hãe), ou no caso de povos que tem enfrentando obstáculos no

seu processo identitário, devido à lentidão na aplicação das medidas de demarcação territorial, caso dos Mocuriñ e dos Caxixó.

Percebe-se ainda que há dificuldades para efetivar abordagens específicas que contemplem as necessidades das populações indígenas nestas políticas. Apesar dos ganhos políticos conformados a partir da elaboração da categoria social “comunidades tradicionais” que inclui os povos indígenas e viabiliza a garantia de seus direitos estes não são acionados automaticamente.

O conceito de “comunidades tradicionais” é relativamente novo, tanto na esfera governamental, quanto na esfera acadêmica ou social, e surgiu no contexto da criação de unidades de conservação no Brasil, a partir de debates realizados sobre a problemática ambiental. A expressão comunidades ou populações tradicionais ganha concretude a partir do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais por parte das populações indígenas, quilombolas e extrativistas.

Nesta legislação, os povos e comunidades tradicionais são entendidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica e que utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Esta Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais deve servir como norte para a elaboração de políticas públicas em todos os campos discutidos acima, sendo uma forma de viabilizar a incorporação de demandas específicas dos povos indígenas. No entanto, é preciso atentar às especificidades dos povos indígenas para não sublimá-las sob o rótulo de “populações tradicionais” na abordagem destas políticas.

Em relação à natureza das políticas públicas implementadas, reconhece-se a pertinência das políticas compensatórias, que tem tido a função de responder, de forma imediata, às situações extremas de insegurança alimentar e nutricional. Porém, ao mesmo tempo, reconhece-se a necessidade de incentivar a construção de políticas duradouras, que possam atingir às causas estruturantes da insegurança alimentar e nutricional e

contemplar as especificidades das populações indígenas. As conexões existentes entre as questões levantadas no complexo tecido social das aldeias indígenas demandam também um maior esforço no sentido da intersectorialidade de tais políticas, para que os efeitos das mesmas possam ser potencializados.

3.2 Recomendações

Diante do quadro apresentado, referente à falta de sustentabilidade no sistema agroalimentar das aldeias indígenas, há algumas recomendações que podem ser agrupadas pelos campos temáticos que foram abordados no diagnóstico. São listadas, a seguir:

3.2.1 Fortalecimento dos direitos territoriais das populações indígenas

Para as populações indígenas, a terra não é apenas um meio de produção da sua subsistência e reprodução física, mas, sobretudo, um patrimônio sócio-cultural. Portanto, é preciso reforçar o direito e uso da terra como a principal estratégia para a soberania alimentar e garantia do direito humano à alimentação adequada. Esta concepção das terras, como meio de subsistência e satisfação das necessidades alimentares e nutricionais dos povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades quilombolas, firmou-se através de um acordo internacional: o Art. 13 da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

No âmbito nacional é necessário concretizar as ações voltadas para todas as comunidades tradicionais, incluindo os povos indígenas, previstas no Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007. Este decreto delimita dois campos de ação que possam garantir a proteção e o fortalecimento dos direitos territoriais destas populações: (1) Instituir e fortalecer programas de conservação, preservação e recuperação de recursos naturais necessários para a garantia da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, comunidades quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, e demais povos tradicionais; (2) Viabilizar o reconhecimento dos territórios, por meio da demarcação, titulação e regularização fundiária.

A primeira prioridade deve ser o aumento do acesso a terras férteis com fontes de água através de um processo de demarcação territorial que considere a qualidade das terras e os recursos naturais. No caso dos povos indígenas que já tem suas terras demarcadas, mas que contaram com um processo de demarcação que não considerou a qualidade das terras e o acesso a recursos hídricos, há uma luta a ser travada no sentido da ampliação dos territórios. Ao contemplar os direitos territoriais dos povos indígenas, deve-se levar em consideração formas sustentáveis para lidar com a gestão e manejo das terras que possam garantir um estado mais elevado de segurança alimentar e nutricional para as futuras gerações.

3.2.2. Reversão do quadro de degradação ambiental

Constata-se a necessidade de efetivar propostas no sentido da preservação das matas, da recuperação ambiental, da recomposição florestal e da fiscalização ambiental. Devem ser priorizadas inicialmente ações que visem à recuperação de áreas degradadas e a restauração florestal de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal nas aldeias. Também, a implementação de programas de capacitação para o uso e manejo ecológico do solo e para o uso de sistemas agro florestais seria fundamental para viabilizar a transição agro ecológica.

Outra prioridade consiste na execução de projetos de recomposição florestal, considerando o enriquecimento de determinados locais com plantas medicinais, fontes de fibra, alimentos, lenha, madeira, matéria-prima para artesanato e aquelas consideradas sagradas às práticas religiosas destes povos. Também, deve haver ações específicas para a recomposição das áreas de proteção ambiental, especialmente das nascentes e córregos.

Para garantir o aumento dos recursos de caça e pesca, deve estar prevista a elaboração de um plano de recuperação e manejo da fauna terrestre e aquática local, bem como de aves, definindo as melhores estratégias para a região, a partir de seu potencial e das características e hábitos alimentares de cada um dos povos.

A dificuldade para ter acesso aos recursos hídricos é um fator limitante no caso da maior parte das aldeias indígenas, o que demonstra a necessidade de construir alternativas sustentáveis. Uma série de alternativas foi citada pelas próprias comunidades,

tais como recuperação de nascentes, além da construção de poços artesianos, sistemas de irrigação e caixas de captação de água da chuva, entre outras.

Estas proposições no campo ambiental deveriam ser transformadas em políticas específicas, o que implica na maior articulação com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, IBAMA e outras instâncias deliberativas. Deve-se buscar concretizar o exercício da intersetorialidade para garantir a maior eficácia das políticas no campo ambiental.

3.2.3 Incentivo à produção dos alimentos, em todos os espaços da aldeia, incluindo os quintais.

Os quintais são fundamentais no fornecimento de alimentos nas aldeias e devem ser considerados como um elemento estratégico para a promoção da segurança alimentar e nutricional. Um fator que favorece a segurança alimentar e nutricional nos quintais encontrados nas aldeias indígenas é sua biodiversidade, no sentido da diversificação de espécies, que possuem tanto funções alimentares, quanto medicinais. Ações que visem o fortalecimento destes espaços, enquanto locais produtivos devem considerar a importância do trabalho das mulheres na construção de sistemas diversificados de criação animal e no cultivo de alimentos e plantas medicinais que permitam o fornecimento de uma alimentação variada durante o ano todo.

Os resultados do diagnóstico realizado demonstram que o cultivo de alimentos é feito majoritariamente em pequenos espaços, o que aponta pela carência de áreas mais extensas que possam ser disponibilizadas para plantio. Para combater essa carência os Aranã Barreiro desenvolveram uma estratégia exemplar de criatividade na produção de espaços de cultivo alternativos. Neste grupo, pela ausência radical de espaços de plantio dada por sua localização em centro urbano, os indígenas apropriaram-se das lajes das casas como alternativa para execução de hortas. Nas lajes os indígenas alocaram pneus os quais são preenchidos com terra e neles cultivados alimentos. Esta ação pode ser estendida, como alternativa estritamente emergencial, às comunidades em que se configurem as condições e necessidades semelhantes (existências de lajes nas casas e espaços restritos).

Não se deve tomar esta recomendação como ação definitiva haja vista que, conforme tem sido trabalhado ao longo de todo relatório, o território não é para os indígenas somente o espaço de produção alimentar, mas, sobretudo, o local de sua reprodução física e cultural. Esta consideração nos remete a reflexão realizada anteriormente em relação às limitações do tamanho dos territórios, além do alto grau de desmatamento e degradação ambiental – fatores que definitivamente restringem o acesso às terras agricultáveis de qualidade. Entretanto, o aumento no plantio em espaços mais extensivos e a intensificação na produção das roças dependem necessariamente de ações no campo ambiental.

E, para tanto, faz-se necessário a existência de espaços de plantio, de reservas de matas, além dos espaços sagrados.

Projetos que incentivem a criação de “hortas comunitárias” podem favorecer as aldeias indígenas, desde que estejam construídos a partir de demandas locais, em processos que possibilitem a autogestão dos atores envolvidos, e não sejam impostas por técnicos(as) que mantêm um certo distanciamento da realidade social. Percebe-se que muitos projetos de “hortas comunitárias” foram elaborados por técnicos de órgãos de assistência técnica que não se atentaram para as relações internas de cada aldeia, o que, em alguns casos, definitivamente prejudicou a eficácia de sua execução.

As divisões internas nas aldeias indígenas dificultam certas modalidades de “coletividade” que são impostas na execução de projetos que tenham como pressuposto a cooperação e ação coordenada entre diversos atores e passam por determinados modos de funcionamento. É preciso, portanto, em primeiro lugar, construir projetos de “hortas comunitárias” na condição de que, de fato, os mesmos atendam as demandas das próprias aldeias; e em segundo lugar, que possam ser funcionais, dentro das modalidades operantes de cada povo.

3.2.4 Consolidação de projetos que viabilizem a auto-sustentação e comercialização no campo produtivo

Constata-se a necessidade de maior apoio para captação de recursos e aquisição de crédito através de políticas existentes, como PRONAF e Carteira Indígena. Há a

necessidade de possibilitar a proliferação de projetos produtivos, como criatórios de peixe, criação de galinhas e outros animais, construção de casas de farinha, aproveitamento das frutas existentes nas áreas, além de auxílio para a construção de hortas comunitárias e fortalecimento de plantio nos quintais e roças. É urgente ainda desenhar projetos que possam solucionar os problemas decorrentes da seca e da carência de fontes de água, como a criação de cisternas, poços artesianos e sistemas de irrigação.

Uma observação deve ser feita em relação aos projetos que envolvem a criação de gado. Deve-se exercer um olhar crítico sobre esta modalidade de projetos, pois além de não ter sido uma atividade que integra os costumes e as tradições dos povos indígenas –vale lembrar que foi introduzida pelos “não índios”- a criação de gado tem envolvido sistematicamente, o desmatamento e a degradação ambiental e restringe a possibilidade de uso das terras para outras finalidades, como a produção dos alimentos. Portanto, no caso de iniciativas de criação de gado, é preciso buscar medidas efetivas para conter a expansão explosiva desta atividade e garantir a proteção das matas, além de deter a degradação das terras agricultáveis.

Outra observação que deve ser feita se refere às dinâmicas internas das aldeias indígenas, o que interfere diretamente na proposição e gestão dos projetos produtivos. Vale destacar a importância de observar as divisões internas existentes nas aldeias indígenas no processo de elaboração e gestão destes projetos, buscando assim evitar a “homogeneização” das diferenciações inerentes aos grupos étnicos. Separações políticas e familiares dentro das aldeias determinam as relações de troca e compartilhamento de espaços e interferem diretamente na gestão de projetos coletivos.

3.2.5 Qualificação das políticas públicas existentes no contexto das aldeias indígenas

Existe a necessidade de sanar uma série de impedimentos referentes à implementação de políticas como a merenda escolar, a cesta básica e o ATER. Além de melhorar a qualidade da assistência fornecida e garantir sua regularidade, é pertinente buscar alguns ajustes no próprio desenho destas políticas.

Deve-se buscar uma maior integração entre a Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), garantindo assim, formas de incorporar os alimentos oriundos dos plantios realizados nas próprias aldeias indígenas na composição das merendas. A Merenda Escolar é um componente estratégico para o acesso à alimentação na aldeia e ações no sentido de aplicar a Lei 11.947/09 que trata do Programa Nacional de Alimentação Escolar pode significar a garantia da compra de, pelo menos parte dos alimentos fornecidos na Merenda Escolar, de grupos formais e informais da agricultura familiar. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da CONAB também pode ser estratégico para as etnias indígenas de Minas Gerais, no sentido de apoiar os processos locais de produção de alimentos e circuitos curtos de comercialização. Neste sentido, é recomendável que se promovam ações coordenadas entre COPIMG e outras organizações sociais e órgãos governamentais para capacitar lideranças indígenas, considerando a equidade de gênero nestes processos, para acessarem tais políticas de maneira coordenada.

No contexto da política de PNATER, é necessário fazer uma avaliação crítica do modelo de agricultura proposto pelos órgãos que prestem assistência técnica, o que consiste sistematicamente na “imposição” de pacotes tecnológicos que geralmente não integram os sistemas locais de produção e não levam em consideração as práticas nativas no campo da produção agrícola. Um desafio posto é como se fazer cumprir os princípios e diretrizes da nova Política Nacional de ATER, cuja ação junto aos povos tradicionais deve ter sua especificidade prevista no planejamento institucional e um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento da cultura de cada povo.

A promoção de práticas agrícolas insustentáveis, que degradam o meio ambiente em nome do aumento da produção é inadmissível no contexto em que se encontra a construção e implementação da nova PNATER. É fundamental que um outro paradigma de agricultura seja foco das ações de ATER nas aldeias, baseados na promoção da transição agroecológica, na capacitação e intercâmbio para o uso de práticas de convivência com o ambiente, de uso e manejo sustentáveis do solo e das plantas, bem como para o resgate do conhecimento tradicional associado à prática da agricultura.

Na construção de políticas, é necessário estarmos atentos(as) às particularidades dos povos indígenas, evitando assim, a tendência à “universalização” que é inerente ao atendimento às populações que são consideradas excluídas dos processos políticos e que

supostamente são merecedoras de uma série de medidas compensatórias. Neste sentido, é fundamental que se leve em consideração alguns traços marcantes da tradição alimentar dos povos indígenas no desenho de qualquer tipo de programa e política, superando assim, uma tendência à imposição de pressupostos universais.

Uma destas considerações se refere à rotina de se alimentar destes povos, pois não necessariamente podem ser encaixados nos padrões pré-estabelecidos em termos de horários e formas de organizar as refeições. Outra consideração se refere ao peso atribuído às visões cosmológicas e religiosas nas escolhas alimentares, sendo que o significado de determinados alimentos passa por sua ligação com o “sagrado”. Se não forem consideradas estas dimensões das escolhas alimentares, corre-se o risco de construir políticas com um enfoque excessivamente tecnicista que não se apliquem às realidades das aldeias indígenas.

3.2.6 Construção de propostas políticas que visem o aumento da renda dos povos indígenas

Diante da insuficiência de suprir as necessidades alimentares dos povos indígenas através da caça, coleta e produção agrícola, a compra dos alimentos tem assumido um lugar de centralidade nas estratégias de sobrevivência, o que implica na urgência de debruçar sobre medidas efetivas de aumentar as fontes de renda. Existem três tipos de propostas que visem o aumento da renda, indicadas pelos povos indígenas: 1) Investimento na produção e escoamento do artesanato; 2) investimento na comercialização de alimentos produzidos ao nível local e a construção de redes de apoio a estas iniciativas regionalmente; 3) ampliação da atuação de professores indígenas nas escolas de governo não-indígenas.

Percebe-se também a necessidade de fortalecer a articulação dos povos indígenas com sindicatos e associações de trabalhadores rurais e movimentos e organizações envolvidas no movimento agroecológico em Minas Gerais. Deve-se buscar formas de inserir as aldeias indígenas em estratégias de comercialização que visem o escoamento de produtos produzidos localmente, através da agricultura familiar.

IV. Conclusões Finais

A realização deste diagnóstico politransdimensional em SANS tem representando um passo fundamental na luta dos povos indígenas no estado de Minas Gerais e na construção de políticas eficazes que considerem os direitos, as demandas e as necessidades destas populações e busquem concretizar o princípio da intersetorialidade entre as instâncias, órgãos e espaços políticos. Foi a partir dos acúmulos da Análise Institucional, da Esquizoanálise, do Esquizodrama e da Abordagem politransdimensional que houve a construção do referencial teórico, conceitual e metodológico para orientar as intervenções e análises que foram realizadas, o que possibilitou um olhar diferenciado sobre as informações levantadas e os processos investigados. Constata-se que a autogestão e auto-análise³ são processos dinâmicos e devem ser alimentados através da ação continuada; portanto, é preciso dar continuidade ao trabalho iniciado e viabilizar a concretização das propostas contidas neste “documento vivo”.

Este diagnóstico possibilitou apresentar o quadro da situação de insegurança alimentar na qual se encontra os povos indígenas, além de mostrar as iniciativas e propostas que tenham como principal objetivo efetivar a reversão deste quadro. No amplo leque de informações e reivindicações levantadas destacamos, como o elemento de maior centralidade, o uso da terra e os direitos territoriais destes povos. A concretização do direito ao acesso e uso da terra é uma estratégia fundamental para a soberania alimentar e garantia à alimentação adequada dos povos indígenas. Pois, não há qualquer possibilidade de soberania alimentar sem o acesso aos territórios, os quais devem abarcar necessariamente terras agricultáveis e fontes de água.

Portanto, reconhece-se que a implementação de propostas sobre a regularização fundiária, demarcação e titulação das terras dos povos indígenas constitui, juntamente com a recuperação e preservação ambiental das áreas, condições necessárias ao sucesso

³ São conceitos empregados na Análise Institucional e Esquizoanálise.

Auto-análise: Consiste em que as comunidades mesmas, como protagonistas de seus problemas, necessidades, interesses, desejos e demandas, possam enunciar, compreender, adquirir ou readquirir um pensamento e um vocabulário próprio que lhes permita saber acerca de sua vida.

2- Autogestão: O processo no qual a comunidade se articula, se institucionaliza e se organiza para construir os dispositivos necessários para produzir ou para conseguir os recursos de que precisa para o melhoramento de sua vida.

da política de segurança alimentar e nutricional no nível estadual e nacional. Neste sentido, é necessário promover, em caráter de urgência duas ações.

A primeira refere-se à exigência imediata para conclusão das demarcações em curso e para formação de equipes para realização dos estudos demarcatórios onde não houver. Esses esforços podem ser realizados via atuação do Governo do Estado junto aos órgãos federais competentes –notadamente a FUNAI-, sempre buscando incluir as representações dos Povos Indígenas em causa, assim como sua representação máxima – o COPIMG.

A segunda, para que haja recuperação das áreas degradadas dos territórios indígenas. Nesta segunda ação, deverão ser acionados a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e IBAMA. Nesse sentido, faz-se urgente implementar uma estratégia que possibilite o controle social das ações de demarcação e de preservação dos territórios indígenas.

É preciso respeitar as formas encontradas pelos povos indígenas para fazer a gestão de suas terras, incluindo seus modos de produção. E finalmente, é importante apoiar projetos que possam recuperar os alimentos que fazem parte da identidade cultural destes povos, buscando uma complementaridade entre os vários tipos de alimentos produzidos e adquiridos para garantir a segurança alimentar e nutricional.

Se estas premissas forem cumpridas, as populações indígenas estarão ao alcance de um estado de segurança alimentar e nutricional que leve em consideração a sustentabilidade social, econômica e ambiental das gerações futuras.

Urge que as instâncias do governo e as organizações da sociedade civil busquem, conjuntamente, priorizar as demandas dos povos indígenas, que atualmente se caracterizam como “populações tradicionais” e são protegidas através dos marcos legais existentes na Constituição Federal e nos Acordos e Tratados Nacionais e Internacionais. Pelo seu contingente e abrangência territorial, estas populações devem ser consideradas como sujeitos das diversas políticas sociais e seus direitos devem ser garantidos através de políticas específicas que, de fato, atingem “às raízes estruturais” da problemática da insegurança alimentar.